

MALI: A OPERAÇÃO DE PAZ DA ONU E A SITUAÇÃO DE SEGURANÇA NO PAÍS

Maria Carolina Chiquinatto Parenti¹

HISTÓRICO DO CONFLITO

Independência tardia, diversidade de grupos étnicos, problemas relacionados à seca, governos instáveis e presença de grupos islâmicos fundamentalistas. Essa é a realidade atual do Mali, país que vem sendo cenário de diversos conflitos em sua história recente. O Mali é um dos países mais pobres do mundo, com uma economia dependente da mineração de ouro e exploração de algodão. Encontra-se situado na África Ocidental Subsaariana, localizado entre o deserto do Saara e vegetações férteis ao sul.² Atualmente, o país divide-se em oito regiões administrativas (Timbuktu, Gao, Kidal, Mopti, Ségou, Sikasso, Kayes, Koulikoro) e a capital Bamako, abrigo uma grande quantidade de etnias, dentre elas Bambara, Malinke, Sonike, Tuaregues, Moorish, Fulani, Songhay, Dogon e Peuhl. O país se tornou independente da França em 22 de setembro de 1960 e os malineses são majoritariamente islâmicos.³



Rebelde Tuareg no Norte do Mali.

Dentre as etnias, destacam-se os tuaregues, um grupo nômade localizado no norte do Mali (Gao, Timbuktu e Kidal) que, devido ao seu estilo de vida, foram discriminados pelos governos. Além do Mali, eles também encontram-se no sul da Argélia e sudoeste da Líbia, Níger, Mauritânia e Burquina Faso.⁴ Mesmo represen-

tando apenas uma pequena parcela da população (aproximadamente 1,3 milhão de pessoas), é no Mali que eles estão mais presentes. A etnia vive de forma pastoril e está dividida em tribos e clãs, segregando a população em um sistema de casta.⁵

Os governos que se instauraram com

a independência eram contrários aos grupos nômades, replicando o discurso de que esse modo de vida era o que impedia a crescimento e o desenvolvimento do país. A constante marginalização levou a despertar no grupo o desejo pela independência da região norte e a formação de um Estado autônomo denominado Azawad, em que não estariam inclusos somente os tuaregues do Mali, mas também de toda a região.⁶

Dessa forma, os tuaregues começaram a realizar pequenas revoltas pelo país, nas quais quatro foram de maiores proporções, as de 1962, 1990, 2006 e 2012. A primeira rebelião aconteceu logo após a independência com algo em torno de 1500 combatentes e ainda não havia um movimento unificado. Em 1964, se utilizando de armamento soviético, o governo lançou uma ofensiva contra o grupo, derrotando-o militarmente, o que resultou num deslocamento de refugiados principalmente para a Argélia, Líbia e Mauritânia.⁷

O primeiro presidente, Modibo Keita, foi deposto por um golpe militar em 1968, assumindo o poder o Tenente Moussa Traoré. Além das agitações políticas, a região do Sahel passou por um longo período de seca nas décadas de 1970 e 1980, afetando a economia do Mali, a estrutura dos tuaregues e provocando refugiados.⁸ Com isso, novas movimentações voltaram a ocorrer e a segunda grande revolta ocorreu em 1990.⁹

Nesse momento já havia uma resistência formada e grupos que lutavam pela formação do Azawad, dentre eles o Movimento Popular do Azawad (*Mouvement Populaire de l'Azawad* – MPA), Exército Revolucionário para a Libertação do Azawad (*Armée Revolutionnaire de Liberation de l'Azawad* – ARLA), Frente Popular para a Libertação do Azawad (*Front Populaire de Liberation de l'Azawad* – FPLA), Frente Nacional para a Libertação do Azawad (*Front National pour la Libération de l'Azawad* – FNLA) e Frente Islâmica e Árabe do

Azawad (*Front Islamique Arabe de l'Azawad* – FIAA).¹⁰

Incapacitado de lutar contra os grupos, o governo negociou o Acordo de Tamanrasset, em 1991, que determinava autonomia para a região de Kidal e a formulação de programas para o desenvolvimento da região norte. No entanto, ele nunca foi cumprido. A situação no país resultou em um novo golpe de Estado em março de 1991, com os militares estabelecendo um governo de transição sob o comando de Amadou Toumani Touré. Ele não estava interessado em cumprir o Acordo, mas ainda assim decidiu discutir arranjos políticos, esperando que isso estabilizasse o país. Mas a revolta continuou e os tuaregues passaram a se utilizar de táticas de guerrilha.¹¹

Como consequência, foi assinado um novo acordo em abril de 1992, o Pacto Nacional para a Paz no Norte que determinava a integração da etnia nas forças armadas e nos serviços administrativos do país.¹² Em comemoração a esse pequeno avanço, foi realizada uma ‘chama simbólica’ em Timbuktu, em 1996, quando cerca de 3.000 armas capturadas durante o conflito foram queimadas. Mesmo apresentando problemas, o Pacto firmou uma paz que, embora frágil, durou dez anos.¹³

O conflito voltou a emergir em 2006 quando ex-rebeldes, insatisfeitos com a demora do governo em colocar em prática o Pacto, atacaram bases militares em Kidal e Ménaka. O governo, então, ofereceu um novo acordo baseado no Pacto Nacional que novamente não foi implementado.¹⁴ O conflito permaneceu até 2009, quando os tuaregues foram derrotados pelo governo e fugiram principalmente para a Líbia.¹⁵

Nations Unies - Département de l'appui aux missions



Mapa do Mali.

Na luta por autonomia e controle do território, em outubro de 2010 se concretizou a união de diversos grupos que lutavam pela independência da região norte e criação do Azawad em torno do Movimento Nacional pela Libertação do Azawad (*Mouvement National pour la Libération de l'Azawad* – MNLA), grupo baseado em um sistema político que separa Estado e religião, ou seja, sem orientação religiosa, apenas ética.¹⁶ Com queda de Gaddafi na Líbia, muitos dos tuaregues que se juntaram a ele na luta revolucionária retornaram para o Mali integrando o MNLA e trazendo consigo armamento pesado.¹⁷

O CONFLITO ATUAL

Novos ataques e confrontos entre o MNLA e o governo voltaram a ocorrer no início de 2012, dando início a quarta grande rebelião. O grupo lançou uma ofensiva, ganhando território e o controle de grande parte da região norte.¹⁸ O grupo atacou bases militares e deixou o governo fragilizado. O MNLA derrotou o governo sem muitas dificuldades e, em consequência, o presidente Amadou Toumani Touré foi deposto.¹⁹

No dia 6 de abril de 2012, o MNLA formalmente declarou a independência do Estado do Azawad. Ainda assim, os embates entre o MNLA e o governo não se encerraram.²⁰ A instabilidade e fragilidade do governo deixou o país mais propenso ao surgimento de grupos islâmicos fundamentalistas, incluindo alguns ligados à Al Qaeda, que ganharam espaço. O MNLA sozinho não tinha capacidade de construir e manter um sistema administrativo e, portanto, se aliou a esses grupos para manter o controle sobre o território conquistado.²¹ Naquela época os principais e maiores grupos islâmicos presentes no país

eram Ansar Dine, Al Qaeda no Magreb Islâmico (*Al Qaeda in the Islamic Maghreb* – AQIM) e Movimento para a Unidade e a Jihad na África Ocidental (*Movement for Unit and Jihad in West Africa* – MUJAO).²²

No entanto, havia divergências. O MNLA não é um grupo de orientação religiosa, desejando apenas a independência da região, enquanto os grupos extremistas tinham o objetivo de instituir um Estado baseado nas leis fundamentalistas islâmicas (Sharia).²³ Dessa forma, os grupos islâmicos expulsaram o MNLA das principais cidades conquistadas, assumindo seu controle e passando a impor a Sharia pelo território. Com a violência se intensificando e esses grupos atacando diversas partes do país, se iniciaram os esforços internacionais para resolver o conflito.²⁴

AS TENTATIVAS DE RESOLUÇÃO

Em julho de 2012, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (*Economic Community of West African States* – ECOWAS)

começou a discutir a possibilidade de uma missão de estabilização do Mali e, juntamente com as forças armadas do Mali e a União Africana (UA), pediram autorização ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para o desdobramento de uma força de estabilização com um mandato de *peace enforcement*.²⁵ Em 20 de dezembro de 2012, o CSNU autorizou, por meio da Resolução 2085, a *African-led International Support Mission in Mali* (AFISMA), planejada para o período inicial de um ano com o objetivo de proteger a população civil e ajudar a autoridade estatal a restabelecer o controle territorial do país. No entanto, ela não conseguiu cumprir seu mandato por deficiências logísticas, de tropas e financiamento.²⁶

A França também interviu no conflito. Em meados de 2012, quando os grupos jihadistas começaram a controlar as principais cidades do país e ameaçaram ir em direção as regiões central e sul, e tomar a capital, o presidente interino Dioncounda Traoré, pediu assistência da França. Assim,



Militantes da Al-Qaeda do Magreb.



Mapa do Conflito no Norte do Mali.

no dia 11 de dezembro de 2013, a França desencadeou a Operação Serval para garantir a proteção de Bamako, impedir que os grupos tomassem controle de outras regiões e restabelecer o controle das regiões já tomadas. As tropas francesas permanecem no Mali até os dias atuais. Mesmo conseguindo recuperar o controle de algumas cidades logo no início da operação e degradar os grupos armados, a situação geral do país continuava frágil, enfrentando problemas políticos, econômicos e de segurança.²⁷

A União Europeia também se envolveu diretamente no conflito. Em 2013, enviou ao Mali uma missão de treinamento para auxiliar as forças armadas do país, a *European Union Training Mission in Mali* (EUTM-Mali).²⁸

Apesar desses esforços, a intensificação da violência e os constantes

ataques do MNLA e dos grupos extremistas levou a ONU a desdobrar uma nova operação de paz no país, a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas de Estabilização no Mali (*Mission Multidimensionnelle Intégrée des Nations Unies pour la Stabilisation au Mali* – MINUSMA).²⁹

Com relação às Nações Unidas, a Resolução 2100, de 25 de abril de 2013, do CSNU, determinou que fosse transferida a autoridade da AFISMA para a MINUSMA em 1 de julho de 2013, que implementaria seu mandato por um período inicial de um ano com uma força de 11.200 militares e 1.440 policiais.³⁰

O mandato da MINUSMA determinava o apoio ao processo político, a estabilização dos principais centros populacionais, principalmente na região norte, e a implementação de programas de desarmamento, desmo-

bilização e reintegração (DDR) de ex-combatentes. A autoridade do Estado deveria ser restabelecida, assim como os setores de segurança e justiça deveriam ser reconstruídos.³¹ O mandato autorizou a utilização de todos os meios necessários para a proteção da população civil contra qualquer tipo de violência física e dos funcionários das Nações Unidas.³²

A SITUAÇÃO DE SEGURANÇA NO MALI

Logo após o estabelecimento da MINUSMA, houve um progresso moderado em direção ao restabelecimento da ordem constitucional, uma vez que o MNLA e o então estabelecido Alto Conselho do Azawad manifestaram vontade em dialogar com o governo de transição. No entanto, permaneceram confrontos esporádicos entre grupos armados separatistas e ataques assimétricos de grupos extremistas nas três regiões do norte.³³ Além disso, surgiram novos grupos extremistas: o Movimento Islâmico do Azawad (MIA), criado em janeiro de 2013, composto principalmente por tuaregues e bastante atuante na região de Kidal; o Conselho Superior da Unidade do Azawad (HCUA), formado em maio de 2013 por combatentes do MNLA; e o Movimento Árabe do Azawad (MAA), formado em abril de 2012 para proteger as comunidades árabes.³⁴

Foram realizadas operações contra os grupos armados extremistas ao sul de Timbuktu, região de Gao e perto da fronteira com a Mauritânia. Não houveram grandes confrontos, mas foi descoberta uma grande quantidade de armas, munições e explosivos, e instalações. O governo de transição continuou fortalecendo sua presença na região norte, principalmente em Gao e Timbuktu e as operações realizadas enfraqueceram os grupos



Reunião de Combatentes da CMA com Representantes da ONU – Jan. 2017.

extremistas e sua capacidade em realizar ataques em larga escala. A ONU então passou a avaliar os riscos que os civis estavam mais expostos e começou a desenvolver mecanismos para atenuá-los e evitá-los.³⁵

Em 18 de junho de 2013 foi assinado um acordo de paz preliminar em Ouagadougou para negociações de paz. Na sequência ocorreram eleições, nos dias 28 de julho e 11 de

agosto, vencidas por Boubacar Keita. Em 5 de setembro, Oumar Tatam Ly foi nomeado Primeiro-Ministro. Já as eleições legislativas deveriam ocorrer em dezembro.³⁶

Com o avanço no campo político, a situação da segurança no Mali permaneceu estável, porém frágil. Ocorreram ataques isolados entre grupos armados na região norte e incidentes de violência intercomunitária. Um

cessar-fogo entre MNLA, HCUA e o governo foi acertado e, de certa forma respeitado, mas as tensões voltaram a aumentar no final de setembro. Enquanto as atividades dos grupos islâmicos fundamentalistas diminuíram em virtude das operações realizadas pelas forças armadas malianas e pela Operação Serval, as atividades dos grupos armados separatistas aumentaram nas regiões de Gao, Timbuktu, Kidal e nos países vizinhos. Em 22 de agosto daquele ano, o grupo MUJAO anunciou que a AQIM havia formado um novo grupo, o Al Mourabitoun.³⁷

As eleições legislativas ocorreram nos dias 24 de novembro e 15 de dezembro de 2013, mas a situação se deteriorou. Grupos extremistas recuperaram a capacidade de operar e realizaram diversos ataques, tanto com dispositivos explosivos improvisados em Tessalit, Ménaka e nas regiões de Gao, Kidal e Anefis, como ataques contra instalações da MINUSMA, deixando *peacekeepers*



Combatentes do CMA indo para reunião no Norte do Mali.

mortos. A MINUSMA realizou, então, missões de avaliação de proteção nas áreas mais propícias a confrontos entre as forças armadas e os grupos separatistas, e focou em mecanismos de alerta e resposta antecipada para a proteção de civis.³⁸

Em março de 2014, dissidentes do MNLA formaram um novo grupo, a Coalizão Popular do Azawad (CPA), liderada pelo ex-chefe de relações externas do MNLA, Ag Mohamed Assaleh. Com o aumento das atividades dos grupos islâmicos (principalmente AQIM e MUJAO) com ataques de foguetes e explosivos improvisados contra as forças armadas do Mali e membros da MINUSMA e da Operação Serval, os abusos e violações de direitos humanos permaneceram, bem como a insegurança alimentar.³⁹

A MINUSMA aumentou a realização de patrulhas nos principais centros populacionais da região norte e nas áreas rurais visando a proteção dos civis. Em 16 de fevereiro de 2014 os governos de Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger formaram o Grupo dos Cinco do Sahel (Sahel 5) para aumentar a cooperação entre esses países em relação aos desafios de segurança na região.⁴⁰

Em 5 de abril de 2014 o Primeiro-Ministro se resignou de seu cargo e no mês seguinte sérios confrontos aconteceram entre o MNLA e as forças armadas do Mali em Kidal. A ação e circulação de grupos armados no norte continuaram representando ameaças contra a população civil. Os civis não eram um alvo específico dos grupos terroristas, mas ainda assim sofriam com seus efeitos colaterais.⁴¹ Com isso, em 25 de junho de 2014, o CSNU estendeu o mandato da missão por mais um ano.⁴²



Ministry of Defence, Netherlands

Soldado Holandês da Missão de Paz da ONU.

Em meados de 2014 começaram as negociações entre o governo e as duas novas coalizões dos grupos armados separatistas para cessar as hostilidades: a *Coordination des Mouvements de l'Azawad* (CMA) ou simplesmente Coordenação, composto pelo MNLA, HCUA, MAA; e a *Plataform* (Plataforma) composta pela Coordenação de Movimentos e Frentes Patrocinados de Resistência (CMFPR), *Coalition du peuple pour l'Azawad* e outra facção do MAA. Enquanto isso, os grupos armados ganharam terreno, passando a ocupar novas posições. Os embates entre esses grupos se intensificaram e se tornaram ainda mais frequentes nas regiões de Gao e Kidal. Dessa forma, a missão aprimorou as medidas de proteção de civis realizando patrulhas de longo alcance nas áreas rurais, e não somente nos principais centros urbanos.⁴³

As atividades dos grupos extremistas aumentaram significativamente devido a alguns fatores como a retirada das forças armadas de grande parte da região norte, ausência de um controle efetivo pelos grupos armados sobre as áreas conquistadas e a re-

tirada gradual da Operação Serval e sua reconfiguração, uma vez que foi substituída pela Operação Barkhane em agosto de 2014, visando conter grupos terroristas por toda a região do Sahel.⁴⁴

No início de 2015, um episódio de destaque foi o ataque da Coordenação contra uma base da MINUSMA em Tabankort. Esse período também foi marcado pelo aumento das atividades dos grupos extremistas, incluindo ataques contra civis, a MINUSMA e as tropas francesas.⁴⁵

Após várias rodadas de negociações, em 15 de maio de 2015 foi assinado o Acordo de Paz e Reconciliação do Mali entre o governo e a coalizão dos grupos da Coordenação e Plataforma. No entanto, nos períodos antes e após a assinatura, a intensidade e frequência dos ataques aumentaram devido ao acirramento das tensões entre a Plataforma e a Coordenação que buscaram ganhar territórios e poder de influência com o Acordo. Os civis permaneceram sofrendo com os danos colaterais, principalmente por explosivos, minas e foguetes.⁴⁶ O CSNU estendeu nova-

mente o mandato da MINUSMA até 30 de junho de 2016.⁴⁷

Após a assinatura do Acordo e dos esforços para implementá-lo, ocorreram ataques em locais que anteriormente eram considerados seguros, como as regiões centrais, oeste e sul do Mali, e nas fronteiras com Burquina Faso, Costa do Marfim e Mauritânia. Grupos armados separatistas se repositionaram no norte do país e confrontos entre as coalizões voltaram a ocorrer.⁴⁸

No final de 2015 houve uma melhora na relação entre a Coordenação e a Plataforma após conversas bilaterais em Anéfis. Para melhorar a proteção da população civil, a ONU aumentou as patrulhas de longo alcance em todas as regiões do norte e a utilização de meios de aviação e veículos aéreos não tripulados para monitorar áreas remotas. No entanto, continuaram a ocorrer violações de direitos humanos como execução sumária, desaparecimento forçado, detenção arbitrária e tratamento cruel aos detidos. As atividades humanitárias permaneceram restritas, o que dificultou o retorno de deslocados internos e refugiados.⁴⁹

Em março de 2016, o Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) realizou uma missão de revisão estratégica para avaliar o andamento da MINUSMA e se seu mandato estava adequado à atual situação do país. As conclusões foram que, mesmo não havendo violações do cessar-fogo desde agosto de 2015, a situação da segurança no Mali havia se deteriorado e o Secretário Geral das Nações Unidas (SGNU) recomendou que a MINUSMA fosse prorrogada para mais um ano.⁵⁰ Dessa forma, o CSNU estendeu o mandato até 30 de junho de 2017 e aumentou o componente militar, totalizando 13.289 militares atuando no país.⁵¹

Nos últimos meses de 2016 ocorreram ataques às forças da MINUSMA e da França, tensões intercomunitárias na região de Mopti, principalmente entre as etnias Fulani e Dogon, e violações no cessar-fogo na região de Gao.⁵² Se intensificaram os ataques dos grupos que não estavam inclusos no Acordo, ou seja, por parte dos grupos islâmicos extremistas. Nesse ínterim, um atentado terrorista em Gao em 18 de janeiro de 2017, deixou 54 mortos e mais de 100 feridos, a partir de um dispositivo explosivo implantado em um veículo que explodiu quando 600 membros das forças armadas do Mali, da Coordenação e da Plataforma se preparavam para fazer uma patrulha conjunta. O grupo Al Mourabitoun assumiu responsabilidade pelo ataque.⁵³

Em fevereiro de 2017, o governo adotou um plano de segurança integrado envolvendo segurança, desenvolvimento e governança. Em março, os grupos Ansar Dine, Frente de Libertação de Macina, Al Mourabitoun e AQIM anunciaram uma aliança, consolidada pela formação do Grupo para o Apoio ao Islã e aos Muçulmanos (GSIM), liderado pelo líder no Ansar Dine, Iyad ag Ghali.⁵⁴ Em junho, o CSNU prorrogou o mandato até 30 de junho de 2018 e reforçou que a MINUSMA deveria adotar uma postura mais robusta e pró-ativa.⁵⁵

Entre junho de 2016 a junho de 2017 os grupos islâmicos extremistas realizaram 105 ataques contra as forças armadas, 76 contra a MINUSMA e 20 contra as tropas francesas. A MINUSMA informou ter realizado cerca de 2.000 operações independentes e coordenadas entre os meses de março a maio de 2017 e continuou patrulhando os principais centros populacionais no norte e centro do Mali e na capital, Bamako, com militares e policiais.⁵⁶

Em meados de julho, a situação em Kidal piorou, com confrontos armados entre a CMA e a Plataforma, que disputavam o controle do local. Enquanto isso, persistiram os ataques assimétricos contra a MINUSMA e as forças francesas, principalmente nas regiões de Gao, Kidal e Timbuktu, a maioria deles reivindicados pelo GSIM. Para enfrentar esse ambiente cada vez mais volátil e complexo, o governo do Mali começou, em agosto, a desenvolver um plano de ação nacional para prevenir e combater o extremismo.⁵⁷ Nos últimos meses do ano, a região de Mopti se tornou motivo de grande preocupação para a MINUSMA. Os grupos armados extremistas passaram a controlar áreas cada vez maiores, impondo a lei islâmica e ameaçando civis caso cooperassem com as autoridades do Mali.⁵⁸

Em 16 de janeiro de 2018, as partes signatárias do acordo de paz concordaram com um cronograma para acelerar a implementação das principais disposições antes das eleições presidenciais em julho, cujo progresso permaneceu lento. Os ataques contra a MINUSMA e as forças do Mali se intensificaram. O GSIM aumentou sua capacidade operacional e expandiu sua área de operação para as regiões de Mopti e Ségou. Além disso, houve um aumento na letalidade dos ataques entre 2016 e 2017.⁵⁹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A MINUSMA é uma operação de paz robusta multidimensional que se utiliza de força para tentar estabilizar o país e proteger a população civil. Em todas as resoluções do Conselho de Segurança está autorizada a utilização de todos os meios necessários para o cumprimento do mandato.

No âmbito político, a missão alcançou significativo progresso, visto que

conseguiu realizar eleições presidenciais e legislativas sem violência, e novas eleições já foram marcadas. Além disso, foi assinado o Acordo de Paz e Reconciliação em 2015 entre os principais grupos tuaregues separatistas e não houveram consideráveis enfrentamentos entre eles ou violações no cessar-fogo. Isso só foi possível porque esses grupos armados e o governo estavam empenhados em dialogar e encontrar uma solução para a crise.

Já em relação aos grupos fundamentalistas islâmicos, as negociações não apresentam grandes avanços. Eles continuam realizando ataques e aumentando o sentimento de insegurança pelo país. Mesmo com um mandato robusto, a MINUSMA não conseguiu neutralizá-los.

Dessa forma, situação de segurança

no Mali permanece crítica e frágil por todo o território, principalmente na região norte. Os grupos estão avançando para outras localidades e realizando ataques também na região central. Sua constante atividade, principalmente contra as forças da MINUSMA, tornou a operação de paz uma das mais mortais da ONU.

Apesar da proteção dos civis ser uma das tarefas prioritárias da missão, a MINUSMA enfrenta dificuldades para cumprí-la. Os ataques a suas bases levam a população a desacreditar que a Missão possa protegê-los. Pior, passam a acreditar que permanecendo próximos aos militares da ONU, podem se tornar alvos.

Os ataques direcionados à população civil resultam em mortes, refugiados, deslocados internos, piora

da situação humanitária e provoca violação dos direitos humanos. Mesmo quando não constituem um alvo específico dos grupos separatistas e extremistas, os civis sofrem com os danos colaterais dos dispositivos explosivos improvisados, dos confrontos entre os grupos, e entre os grupos e o governo.

O conflito no Mali é complexo e envolve uma grande quantidade de atores, cada qual com seus próprios interesses. A MINUSMA opera em um ambiente hostil onde, embora adotando uma postura agressiva, não consegue estabilizar a situação, conter os ataques dos grupos armados e, principalmente, proteger os civis. Dessa forma, a situação de segurança ainda é precária, a paz está longe de ser atingida, e não se percebe a possibilidade de encerramento da operação de paz em curto prazo.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Conflitos Internacionais (GEPICI). Pesquisadora do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES).

² DUARTE, Geraldine Rosas. Crise no Mali: as origens do conflito e os entraves para a resolução. *Conjuntura Internacional*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p.7-14, jan/jun. 2013.

³ VELÁSQUEZ, Giuliana Stephanie Saldarriaga. La legalidad de la intervención en Malí. *Revista Derecho Pucp*, n. 73, p.239-248, jul/nov. 2014.

⁴ KRINGS, Thomas. Marginalisation and Revolt among the Tuareg in Mali and Niger. *GeoJournal*, v. 36, n. 1, p.57-63, mai. 1995.

⁵ CLINE, Lawrence E.. Nomads, Islamists, and Soldiers: The Struggles for Northern Mali. *Studies in Conflict & Terrorism*, v. 36, n. 8, p.617-634, ago. 2013. Informa UK Limited.

⁶ LECOCQ, B.; KLUTE, G. Tuareg separatism in Mali. *International Journal: Canada's Journal of Global Policy Analysis*, v. 68, n. 3, p.424-434, 1 set. 2013. SAGE Publications.

⁷ KEITA, Kalifa. Conflict and conflict resolution in the Sahel: The Tuareg insurgency in Mali. *Small Wars & Insurgencies*, v. 9, n. 3, p.102-128, dez. 1998. DOI <http://dx.doi.org/10.1080/09592319808423221>.

⁸ KRINGS, op. cit.

⁹ GAASHOLT, Ole Martin. Northern Mali 2012: The short-lived triumph of irredentism. *Strategic Review for Southern Africa*, Londres, v. 35, n. 2, p.68-91, nov. 2013.

¹⁰ KRINGS, op. cit.

¹¹ Idem.

¹² GAASHOLT, op. cit.

¹³ LECOCQ; KLUTE, op. cit.

¹⁴ DUARTE, op. cit.

¹⁵ GAASHOLT, op. cit.

¹⁶ LECOCQ; KLUTE, op. cit.

¹⁷ BLECK, Jaimie; MICHELITCH, Kristin. THE 2012 CRISIS IN MALI: ONGOING EMPIRICAL STATE FAILURE. *African Affairs*, v. 114, n. 457, p.598-623, ago. 2015. Oxford University Press.

¹⁸ RIBEIRO, Pedro Alexandre de Almeida Faria; COSTA, António Paulo Gaspar da; FERNANDES, Hugo Miguel Moutinho. Intervenção Militar Francesa no Mali: Operação “SERVAL”. Iesm Atualidades: *Centro de Investigação de Segurança e Defesa*, Lisboa, n. 1, p.1-20, abr. 2014. Disponível em: <[http://www.iesm.pt/cisdi/iesmatualidade/1-IntervencaoMilitarFrancesanoMali-Operacao SERVAL.pdf](http://www.iesm.pt/cisdi/iesmatualidade/1-IntervencaoMilitarFrancesanoMali-Operacao%20SERVAL.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2018.

¹⁹ FRANCIS, David J. The regional impact of the armed conflict and French intervention in Mali. *Norwegian Peacebuilding Resource Centre*, p.1-16, abr. 2013.

²⁰ MOSELEY, William G. Recovering from livelihood insecurity and political instability in northern Mali: Bouncing back. *International Journal: Canada's Journal of Global Policy Analysis*, v. 68, n. 3, p.435-443, set. 2013. DOI <http://dx.doi.org/10.1177/0020702013505435>.

²¹ DOWD, Caitriona; RALEIGH, Clionadh. The myth of global Islamic terrorism and local conflict in Mali and the Sahel. *African Affairs*, v. 112, n. 448, p.498-509, 29 mai. 2013. Oxford University Press. Acesso em: 14 jul. 2016.

- ²² WING, Susanna D. Mali: Politics of a crisis. *African Affairs*, v. 112, n. 448, p.476-485, jul. 2017. Oxford University Press.
- ²³ Idem.
- ²⁴ LECOCQ; KLUTE, op. cit.
- ²⁵ FRANCIS, op. cit.
- ²⁶ OLUWADARE, Abiodun. The African Union and the Conflict in Mali: Extra-Regional Influence and the Limitations of a Regional Actor. *African Journal of Governance and Development*, v. 3, n. 1, p.5-20, jun. 2014.
- ²⁷ RIBEIRO, op. cit.
- ²⁸ SCHUTZER, Herbert. Estado e Território sem Estado na África Ocidental Subsaariana. *Revista Intellector*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 19, p.1-14, jul/dez. 2013.
- ²⁹ KARLSRUD, John. The UN at war: examining the consequences of peace-enforcement mandates for the UN peacekeeping operations in the CAR, the DRC and Mali. *Third World Quarterly*, v. 36, n. 1, p.40-54, 2 jan. 2015.
- ³⁰ UN. S/RES/2100. Security Council resolution. New York, 25 Apr. 2013.
- ³¹ WEISS, Thomas G.; WELZ, Martin. The UN and the African Union in Mali and beyond: a shotgun wedding?. *International Affairs*, v. 90, n. 4, p.889-905, jul. 2014.
- ³² UN. S/RES/2100. op. cit.
- ³³ UN. S/2013/338. Report of the Secretary-General on the situation in Mali. New York, 10 Jun. 2013.
- ³⁴ BOUTELLIS, A. Can the UN Stabilize Mali? Towards a UN Stabilization Doctrine? *Stability: International Journal of Security & Development*, [s.l.], v. 4, n. 1, pp. 1-16, jun. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5334/sta.fz>.
- ³⁵ UN. S/2013/338. op. cit.
- ³⁶ UN. S/2013/582. Report of the Secretary-General on the situation in Mali. New York, 01 Oct. 2013.
- ³⁷ Idem.
- ³⁸ UN. S/2014/1. Report of the Secretary-General on the situation in Mali. New York, 02 Jan. 2014.
- ³⁹ UN. S/2014/229. Report of the Secretary-General on the situation in Mali. New York, 28 Mar. 2014.
- ⁴⁰ Idem.
- ⁴¹ UN. S/2014/403. Report of the Secretary-General on the situation in Mali. New York, 9 Jun. 2014.
- ⁴² UN. S/RES/2164. Security Council resolution. New York, 25 Jun. 2014.
- ⁴³ UN. S/2014/692. Report of the Secretary-General on the situation in Mali. New York, 22 Sep. 2014.
- ⁴⁴ Idem.
- ⁴⁵ UN. S/2015/219. Report of the Secretary-General on the situation in Mali. New York, 27 Mar. 2015.
- ⁴⁶ UN. S/2015/426. Report of the Secretary-General on the situation in Mali. New York, 11 Jun. 2015.
- ⁴⁷ UN. S/RES/2227. Security Council resolution. New York, 29 Jun. 2015.
- ⁴⁸ UN. S/2015/732. Report of the Secretary-General on the situation in Mali. New York, 22 Sep. 2015.
- ⁴⁹ UN. S/2015/1030. Report of the Secretary-General on the situation in Mali. New York, 24 Dec. 2015.
- ⁵⁰ UN. S/2016/498. Report of the Secretary-General on the situation in Mali. New York, 31 May. 2016.
- ⁵¹ UN. S/RES/2295. Security Council resolution. New York, 29, Jun. 2016.
- ⁵² UN. S/2016/1137. Report of the Secretary-General on the situation in Mali. New York, 30 Dec. 2016.
- ⁵³ UN. S/2017/271. Report of the Secretary-General on the situation in Mali. New York, 30 Mar. 2017.
- ⁵⁴ Idem.
- ⁵⁵ UN. S/RES/2364. Security Council resolution. New York, 29 Jun. 2017.
- ⁵⁶ UN. S/2017/478. Report of the Secretary-General on the situation in Mali. New York, 6 Jun. 2017.
- ⁵⁷ UN. S/2017/811. Report of the Secretary-General on the situation in Mali. New York, 28 Sep. 2017.
- ⁵⁸ UN. S/2017/1105. Report of the Secretary-General on the situation in Mali. New York, 26 Dec. 2017.
- ⁵⁹ UN. S/2018/273. Report of the Secretary-General on the situation in Mali. New York, 29 Mar. 2018.



Série *Conflitos Internacionais* é editada pelo Observatório de Conflitos Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP) - Campus de Marília - SP

Editor: Prof. Dr. Sérgio L. C. Aguilár
 Layout: Paula Schwambach Moizes
 ISSN: 2359-5809
 Comentários para: oci@marilia.unesp.br
 Disponível em: www.marilia.unesp.br/#oci

Série *Conflitos Internacionais* mais recentes:

- A Somália e o Al Shabaab V. 3, n. 6
- A questão curda V. 4, n. 1
- O atual conflito no Sudão do Sul V. 4, n. 2
- O conflito na Costa do Marfim e as missões de paz da ONU V. 4, n. 3
- Afganistão: a continuidade do grande jogo V. 4, n. 4
- Minustah: treze anos de presença internacional no Haiti V. 4, n. 5
- Guerras civis na Libéria e as operações de paz da ONU V. 4, n. 6
- A Guerra Civil na Síria: atores, interesses e desdobramentos V. 5, n. 1